

Ano 22 • Número 31 • 10 de agosto de 2020

A sustentabilidade da Selic no patamar atual e a necessidade de reformas

Em quatro meses, RS perdeu mais de 130 mil empregos formais

Produção industrial do Brasil registra queda de 10,9% no 1º semestre

População ocupada atinge o menor nível da série histórica

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A sustentabilidade da Selic no patamar atual e a necessidade de reformas

O comunicado do COPOM da semana passada, quando decidiu pela redução da Taxa Selic para 2,0%, não fechou a porta para novas reduções no futuro. A principal dúvida nesse momento diz respeito à sustentabilidade e efetividade da taxa de juros nesse patamar.

Desde 2019, a desvalorização cambial tem apresentado um repasse abaixo do esperado para os preços ao consumidor. Sabemos que com a Pandemia as empresas venderam seus estoques para fazer caixa, mas tão logo começaram a voltar a produzir enfrentaram aumentos nos custos de insumos e matérias-primas, muitas vezes cotadas em Dólares e, portanto, diretamente influenciadas pela taxa de câmbio. A questão para os próximos meses consiste em avaliar a capacidade de repasse de preços e o comportamento das vendas de exportação.

Ainda sobre a taxa de câmbio, o baixo diferencial entre os juros doméstico e dos países desenvolvidos incentiva a saída de capitais e a desvalorização do real. Esse movimento é de conhecimento geral. Entretanto, as contas externas têm apresentado resultados surpreendentes. As importações retraíram com a recessão, bem como o envio de rendas e viagens ao exterior. Por sua vez, as exportações sustentam o patamar do ano passado. Assim, o déficit em Transações Correntes em % do PIB recuou 2,3% para 1,4% na comparação com do 1º semestre do ano

passado. Assim, a menor necessidade de financiamento externo pode segurar ou até valorizar a taxa de câmbio, mesmo com a taxa Selic na mínima histórica.

O outro fator de risco são as finanças públicas. Nesse sentido, destacamos o seguinte ponto do comunicado do COPOM: “O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia”. Em que destacamos que a taxa estrutural seria aquela consistente com a taxa de inflação na meta e crescimento do PIB em linha com o potencial no médio e longo prazo.

Esse risco está presente e pode ser percebido através da menor demanda por títulos da dívida pública de maturidade mais longa. Em julho, houve um leilão pelo Tesouro Nacional para ofertar de 101.130 títulos de NTN-B com vencimento em 2055, a demanda foi de apenas 5.650 títulos à taxa de 4,02% a.a.. O mercado parece já se mostrar reticente em carregar esses papéis longos com as taxas atuais. Caso, não haja uma sinalização positiva quanto ao equacionamento das contas pública no futuro, o prazo médio da dívida pública vai cair, o que é ruim para a estabilidade da taxa de juros. Além disso, caso a demanda recue ainda mais, os títulos precisarão ser ofertados à uma taxa maior, o que não é compatível com a Selic nos patamares atuais.

Em quatro meses, RS perdeu mais de 130 mil empregos formais

As consequências da grave crise seguem aparecendo na economia gaúcha. Em junho, o Rio Grande do Sul fechou 4,9 mil postos formais de trabalho, de acordo com os dados do Novo CAGED, do Ministério da Economia. O saldo decorreu de 53,3 mil admissões e 58,2 mil desligamentos. Em comparação com junho de 2019, apesar do saldo negativo, houve queda de 30,5% nos desligamentos, o que sugere que as medidas do governo de manutenção de empregos estão surtindo efeito. As admissões, por sua vez, caíram 33,4%.

Entre os grandes setores, o maior fechamento de vagas ocorreu nos Serviços (-4,0 mil) e a Agropecuária (+161) gerou empregos. Na Indústria (-993 mil), o pior resultado foi observado na Transformação com a perda de 1,2 mil empregos. As maiores perdas ocorreram em Couro e calçados (-2,1 mil), Veículos automotores (-368) – em especial na Fabricação de autopeças (-301) – e Equipamentos de informática (-248). Os destaques positivos vieram de Alimentos (+856), Tabaco (+371) e Produtos de metal (+332). Quanto ao setor de Alimentos, cabe destacar o saldo de 1,3 mil empregos gerados em Abate e fabricação de produtos de carne, o melhor resultado da história para o segmento no RS. Por fim, a Construção também foi destaque positivo com a geração de 297 empregos.

No período de pandemia (mar-jun/20), a economia gaúcha acumulou extinção de 130,9 mil vagas. Na Indústria de Transformação, a perda de 42,2 mil empregos teve as maiores influências vindas de Couro e calçados (-22,7 mil), Borracha e plástico (-3,1 mil) e Produtos de metal (-2,9 mil). Já no acumulado do primeiro semestre, 94,5 mil postos de trabalho foram fechados no RS e nos últimos 12 meses as perdas chegam a 96,2 mil empregos.

Para os próximos meses, as perspectivas dos empresários, que atingiram mínimas históricas em abril e maio, começaram a melhorar. De acordo com a Sondagem Industrial/RS, as expectativas de emprego na Indústria apontam para um leve aumento no número de empregados nos próximos seis meses: em julho/20, o índice foi de 50,7 pontos, acima do observado em junho/20 (43,3 pontos). Há projeção de leve aumento pois o índice está um pouco acima da marca de estabilidade (50 pontos).

Na Sondagem da Construção/RS, as expectativas indicam queda do número de empregados nos próximos seis meses: o índice subiu de 42,3 para 46,1 pontos em julho/20, revelando expectativa de redução por permanecer abaixo dos 50 pontos.

Produção industrial do Brasil registra queda de 10,9% no 1º semestre

A Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada mensalmente pelo IBGE, apontou um avanço de 8,9% da produção industrial do País em junho ante maio deste ano, na série com ajuste sazonal. O resultado, intensifica a recuperação registrada no mês anterior (+8,2%), eliminando parte da queda de 26,6% registrada no segundo bimestre do ano.

Entretanto, na comparação com junho de 2019, a indústria brasileira recuou 9,0%, atingindo o oitavo resultado negativo consecutivo nessa base de comparação. Com isso, os índices do setor industrial foram negativos tanto para o primeiro semestre do ano (-10,9%) quanto no acumulado em 12 meses (-5,6%), sendo a mais intensa desde dezembro de 2016 (-6,4%).

Setorialmente, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, destaca-se o resultado negativo de Veículos automotores (-51,6%), que exerceu a influência negativa mais intensa para o índice. Em seguida, aparecem Metalurgia (-25,3%) e Vestuário (-46,8%). Na lado das altas, Alimentos (+8,0%), Produtos Farmacêuticos (+13,1%) e Bebidas (+7,8%) são os destaques.

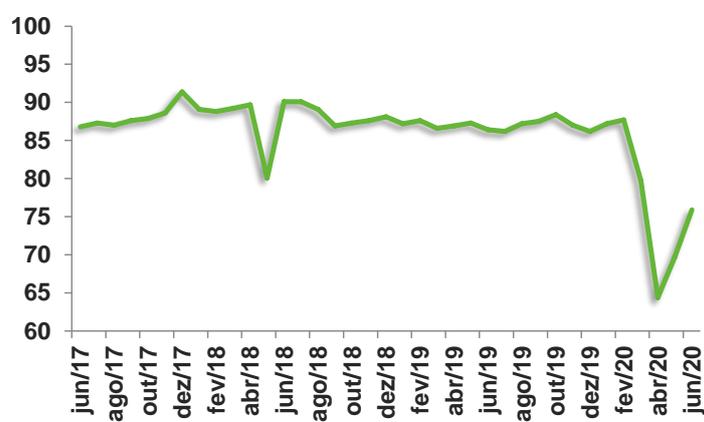
Na análise por grandes categorias econômicas, ainda na comparação com junho de 2019, Bens de consumo duráveis (-35,1%) e Bens de capital (-22,2%) mostraram os recuos mais acentuados. Bens intermediários (-5,9%) e Bens de consumo semi e não-duráveis (-5,6%) também assinalaram taxas negativas,

mas menores que a observada no setor industrial nacional (-9,0%).

Fica claro que o País deu início à sua trajetória de recuperação, passado os meses de medidas mais restritivas à produção e circulação. Entretanto, mesmo com esse avanço gradual permitido pela maior flexibilização das regras de isolamento social, a produção industrial ainda se encontra 13,5% abaixo do índice registrado em fevereiro, período pré-pandemia. A situação fica ainda mais crítica (-27,7%) se compararmos com o nível recorde alcançado em maio 2011. O fato é que a pandemia apenas dificultou um caminho que já estava árduo de percorrer, impondo desafios ainda maiores para o setor.

Produção Física Industrial (PIM/IBGE)

(Índice base fixa mensal: média 2012=100)



OBS: Série dessazonalizada.

Fonte: IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS.

População ocupada atinge o menor nível da série histórica

O segundo trimestre do ano registrou um aumento de 1,1 p.p. na taxa de desocupação em relação ao trimestre anterior, atingindo 13,3% da força de trabalho. Em comparação com o mesmo período de 2019, o aumento é de 1,3 p.p.. Esse é o cenário do mercado de trabalho mostrado pela primeira PNAD Contínua, com um trimestre completo dentro da “nova normalidade”.

Apesar do aumento da taxa de desocupação, o número de desocupados teve uma leve queda, de 12,9 para 12,8 milhões. Isso se dá devido a 8,9 milhões de brasileiros que, no último trimestre, deixaram de compor a força de trabalho. Com isso, o número de pessoas ocupadas e desocupadas caiu 8,5% em relação ao primeiro trimestre do ano e 9,4% frente ao mesmo período de 2019, uma queda sem precedentes na pesquisa do IBGE, que começou em 2012. Se somados ao número de desempregados, a taxa de desemprego iria, dos atuais 13,3%, para 20,7%.

Isso contribuiu para que, no trimestre encerrado em junho, o número de pessoas ocupadas chegasse ao mínimo histórico da pesquisa. De tal forma, apenas 47,9% da população em idade para trabalhar está empregada nesse momento, configurando uma queda de 5,6 p.p. frente ao trimestre anterior, e de 6,7 p.p. em

relação ao mesmo período de 2019.

Por fim, a PNAD Contínua mostra a tendência de aumento no rendimento médio do trabalhador. Isso ocorre devido à pandemia, que afeta de forma mais substancial os trabalhadores de menor renda, em especial os que operam na informalidade. A crescente desocupação de tais trabalhadores eleva a média dos rendimentos daqueles que permanecem ocupados, acentuando a desigualdade no País.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho

(Em milhões)



Fonte: IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS.